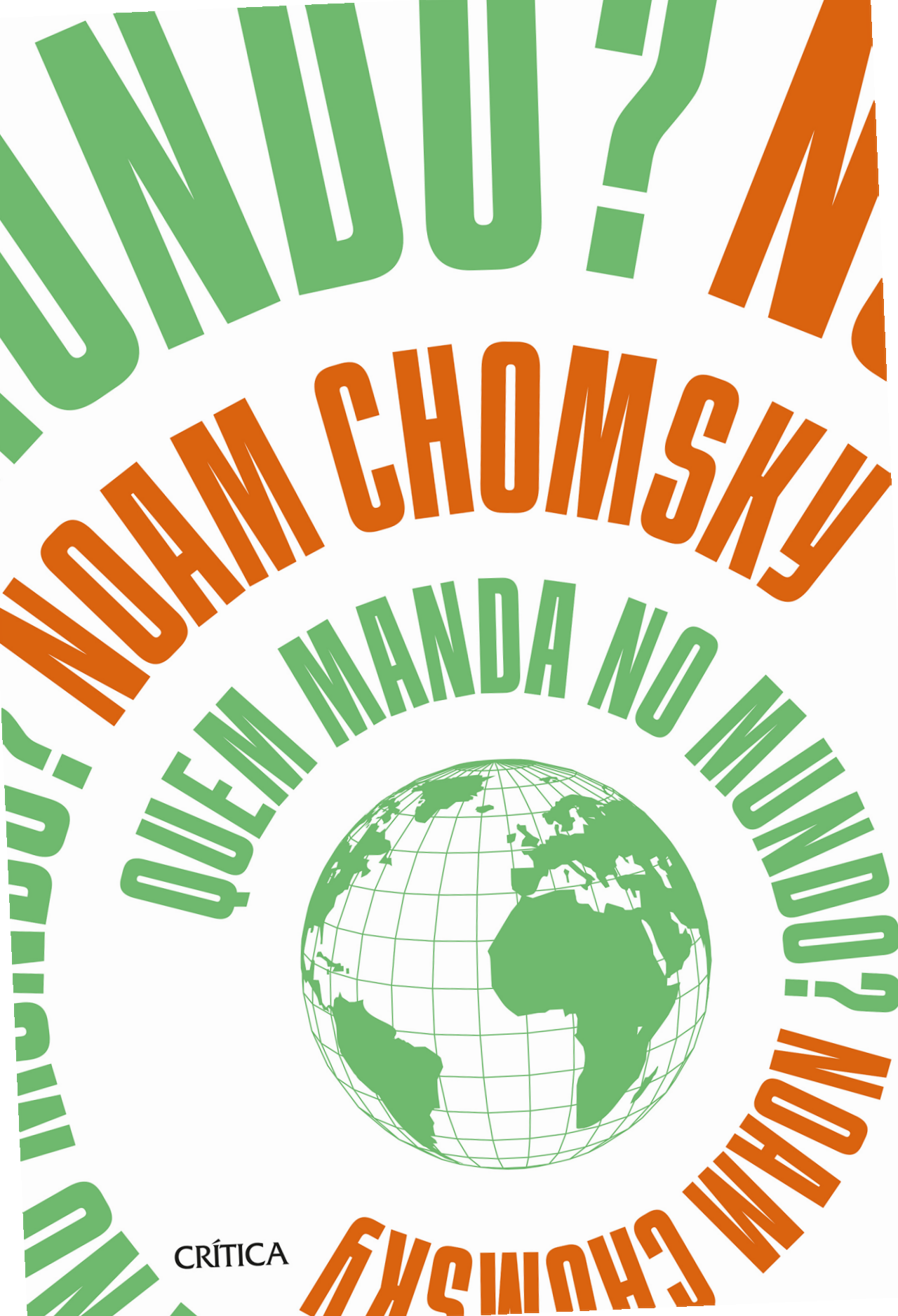




CRÍTICA

NOAM CHOMSKY
QUEM MANDA NO MUNDO?

Tradução
Renato Marques

CRÍTICA

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Copyright © L. Valéria Galvão Wasserman-Chomsky, 2016

Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2017, 2026

Copyright da tradução © Renato Marques, 2017

Publicado em acordo com Metropolitan Books, uma divisão da Henry Holt and Company, LLC, Nova York.

Todos os direitos reservados.

Título original: *Who rules the world?*

Preparação: Ana Tereza Clemente

Revisão: Cida Medeiros e Juliana Rodrigues

Diagramação: Vivian Oliveira

Capa: Anderson Junqueira

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

Chomsky, Noam,
Quem manda no mundo? / Noam Chomsky ; tradução Renato Marques. — 2.
ed. — São Paulo : Planeta do Brasil, 2026.
400 p.

ISBN 978-85-422-4072-6

Título original: *Who rules the world?*

1. Política global 2. Globalização 3. Economia I. Título II. Marques, Renato

26-0332

CDD 327.73

Índices para catálogo sistemático:

1. Política global



Ao escolher este livro, você está apoiando o
manejo responsável das florestas do mundo
e outras fontes controladas

2026

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.

Av. Paulista, 854, 2º andar – Bela Vista

São Paulo – SP – CEP 01310-913

www.planetadelivros.com.br

faleconosco@editoraplaneta.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. A RESPONSABILIDADE DOS INTELLECTUAIS, <i>REDUX</i>	13
2. TERRORISTAS PROCURADOS NO MUNDO INTEIRO.....	33
3. OS MEMORANDOS DA TORTURA E A AMNÉSIA HISTÓRICA... ..	45
4. A MÃO INVISÍVEL DO PODER.....	61
5. DECLÍNIO NORTE-AMERICANO: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS ..	77
6. É O FIM DOS ESTADOS UNIDOS?	89
7. A MAGNA CARTA, O DESTINO DELA E O NOSSO.....	109
8. A SEMANA EM QUE O MUNDO PAROU	129
9. OS ACORDOS DE PAZ DE OSLO: SEU CONTEXTO, SUAS CONSEQUÊNCIAS	147
10. À BEIRA DA DESTRUIÇÃO.....	163
11. ISRAEL-PALESTINA: AS OPÇÕES CONCRETAS	171

12. "NADA PARA OS OUTROS": LUTA DE CLASSES NOS ESTADOS UNIDOS	181
13. SEGURANÇA PARA QUEM? COMO WASHINGTON PROTEGE A SI MESMO E AO SETOR CORPORATIVO	189
14. ATROCIDADE.	203
15. QUANTOS MINUTOS FALTAM PARA A MEIA-NOITE?	223
16. ACORDOS DE CESSAR-FOGO EM QUE AS VIOLAÇÕES NUNCA CESSAM.	235
17. OS EUA SÃO O PRINCIPAL ESTADO TERRORISTA.	245
18. A HISTÓRICA MEDIDA DE OBAMA	251
19. "E PONTO-FINAL"	259
20. UM DIA NA VIDA DE UM LEITOR DO <i>THE NEW YORK TIMES</i>	265
21. "A AMEAÇA IRANIANA": QUEM É O MAIOR E MAIS GRAVE PERIGO PARA A PAZ MUNDIAL?	271
22. O RELÓGIO DO JUÍZO FINAL.	285
23. MESTRES DA HUMANIDADE.	297
 POSFÁCIO	 319
NOTAS	331
HISTÓRICO DE PUBLICAÇÃO.	379
ÍNDICE REMISSIVO.	381

A responsabilidade dos intelectuais, *redux**

Antes de pensarmos acerca da responsabilidade dos intelectuais, vale a pena esclarecer a quem estamos nos referindo.

O conceito de “intelectuais” em sentido moderno ganhou proeminência com o “Manifesto dos Intelectuais” de 1898, elaborado pelos dreyfusianos, que, inspirados pela carta-protesto aberta de Émile Zola ao presidente da França, condenavam a prisão do oficial de artilharia Alfred Dreyfus, acusado de espionagem, traição e conspiração contra a pátria a favor dos alemães, e o subsequente embuste dos militares num processo fraudulento e conduzido a portas fechadas na tentativa de encobrir o complô. A tomada de posição dos dreyfusianos nessa petição retrata a imagem dos intelectuais como defensores da justiça, enfrentando o poder com coragem e integridade. Mas eles

* A palavra latina *redux* significa redescoberto, revivido. O título do capítulo faz referência ao célebre ensaio de Chomsky “A responsabilidade dos intelectuais”, originalmente publicado em 23 de fevereiro de 1967 na revista *The New York Review of Books*, durante a Guerra do Vietnã. Nele, Chomsky afirma que, vinte anos antes, lera um texto decisivo em sua formação, de autoria do jornalista Dwight MacDonald (1906-1982), questionando até que ponto os britânicos e norte-americanos eram responsáveis pelos aterrorizantes bombardeios sobre civis, executados pelas democracias ocidentais e culminando em Hiroshima e Nagasaki, um dos mais indizíveis crimes da história. Sob essa inspiração, Chomsky refletiu acerca da tarefa, a seu ver, essencial dos intelectuais: denunciar as mentiras dos governos e analisar suas ações, causas e intenções ocultas, dizer a verdade e denunciar as mentiras. O ensaio está incluído no livro *O poder americano e os novos mandarins*. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2002. (N. T.)

não eram vistos assim à época. Fração minoritária das classes instruídas, os dreyfusianos foram implacavelmente condenados pelas correntes dominantes da vida intelectual, em particular por figuras de proa entre os “imortais da violentamente antidreyfusiana Académie Française”, conforme escreve o sociólogo Steven Lukes. Para o romancista, político e líder antidreyfusiano Maurice Barrès, os dreyfusianos eram “anarquistas dos palanques de aulas e palestras”. Para outro desses imortais, Ferdinand Brunetière, a própria palavra “intelectual” significava “uma das mais ridículas excentricidades do nosso tempo – refiro-me à pretensão de alçar escritores, cientistas, professores universitários e cientistas e filólogos à categoria de super-homens” que ousam “tratar nossos generais como idiotas, nossas instituições sociais como um absurdo e nossas tradições como insalubres”.¹

Quem eram, então, os intelectuais? A minoria inspirada por Zola (que foi condenado à prisão por calúnia e fugiu do país) ou os imortais da academia? A pergunta ressoa através dos tempos, de uma forma ou de outra.

Intelectuais: duas categorias

Uma resposta surgiu durante a Primeira Guerra Mundial, quando eminentes intelectuais da alta cultura e da pesquisa de todos os lados do conflito arregimentaram-se em apoio aos seus respectivos Estados. No “Manifesto dos 93”, engajadas figuras de proa em um dos Estados mais cultos do mundo, respeitado por suas elevadas qualidades de erudição, pesquisa e criação, conclamaram o Ocidente, insistindo que “Acreditem-nos! Acreditem que nesta luta iremos até o fim como um povo civilizado, um povo para o qual o legado de um Goethe, de um Beethoven e de um Kant é tão sagrado como o seu solo e seus lares”.² Seus colegas congêneres do outro lado das trincheiras intelectuais rivalizaram ombro a ombro com os alemães em entusiasmo pela nobre causa, mas foram além na autoadulação. Nas páginas da revista *The New Republic*, proclamaram que “o trabalho efetivo e decisivo em nome da guerra foi realizado por [...] uma classe que deve ser descrita de maneira abrangente mas vaga como

os “intelectuais”. Esses progressistas acreditavam estar assegurando que os Estados Unidos entrassem na guerra “sob a influência de um veredito moral a que se chegou após exaustiva deliberação dos mais ponderados membros da comunidade”. Foram, a bem da verdade, as vítimas de tramas do Ministério Britânico da Informação, que secretamente buscava “direcionar o pensamento da maior parte do mundo” e manipular, em especial, o pensamento dos intelectuais progressistas estadunidenses que poderiam arrastar para o frenesi da guerra um país pacifista.³

John Dewey ficou impressionado pela formidável “lição psicológica e educacional” da guerra, que provava que seres humanos – mais precisamente, “homens inteligentes da comunidade” – são capazes de “apoderar-se dos assuntos humanos e lidar com eles [...] deliberada e inteligentemente” de modo a alcançar os fins almejados.⁴ (Dewey levou apenas alguns anos para passar de responsável intelectual da Primeira Guerra Mundial a “anarquista dos palanques de aulas e palestras”, denunciando a imprensa não livre e questionando “até que ponto a genuína liberdade intelectual e responsabilidade social são possíveis em qualquer grande escala sob o regime econômico existente”).⁵

Nem todo mundo andava na linha e se sujeitava de forma tão obediente. Figuras notáveis como Bertrand Russell, Eugene Debs, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht foram, como Zola, condenados à prisão. Debs foi punido com especial severidade – pena de prisão de dez anos por ter lançado dúvidas sobre a “guerra por democracia e direitos humanos” do presidente Wilson. Wilson recusou-se a conceder anistia a Debs após o término da guerra, embora o presidente Harding tenha se compadecido dele. Alguns dissidentes, tais como Thorstein Veblen, foram punidos, mas tratados com menos rigor; Veblen foi demitido de seu cargo na Administração Federal de Alimentos depois de preparar um relatório mostrando que a escassez de mão de obra no campo poderia ser resolvida caso cessasse a brutal perseguição empreendida por Wilson contra os sindicatos, especificamente a associação Trabalhadores Industriais do Mundo. Randolph Bourne foi demitido de periódicos progressistas depois de

criticar a “liga de nações benevolmente imperialistas” e seus sublimes esforços.⁶

O padrão de enaltecimento e punição é conhecido e familiar ao longo da história: os que se engajam e se alinham a serviço do Estado são geralmente exaltados pela comunidade intelectual geral, ao passo que os que se recusam a se mobilizar a serviço do Estado são punidos.

Anos depois, as duas categorias de intelectuais foram diferenciadas de maneira mais explícita por renomados estudiosos. Nessa distinção, os excêntricos ridículos são rotulados como “intelectuais orientados por valores”, que representam “para o governo democrático um problema e uma ameaça que, pelo menos potencialmente, são tão graves quanto aqueles que no passado eram causados por grupelhos aristocráticos, movimentos fascistas e partidos comunistas”. Entre outros delitos e malfeitos, essas perigosas criaturas “dedicam-se a denegrir a liderança, a afrontar a autoridade” e até mesmo a desafiar as instituições responsáveis pela “doutrinação dos jovens”. Baixeza das baixezas, alguns chegam até mesmo a descer ao nível de questionar a nobreza dos propósitos da guerra, caso de Bourne. Essa censura aos canalhas hereges que questionam a autoridade e a ordem estabelecida foi desferida pelos doutos da liberal-internacionalista Comissão Trilateral – de cujas fileiras sairia boa parte da administração Carter – em seu estudo-relatório de 1973, *The crisis of democracy* (A crise da democracia, em tradução livre). Como os progressistas de *The New Republic* durante a Primeira Guerra Mundial, eles ampliaram o conceito de “intelectual” para além de Brunetière de modo a incluir os “intelectuais tecnocráticos e orientados pela política”, pensadores responsáveis e sérios que se devotam ao construtivo trabalho de moldar diretrizes políticas no âmbito das instituições estabelecidas e de assegurar que a doutrinação dos jovens siga adiante na rota planejada.⁷

O que deixou especialmente alarmados os sábios estudiosos da comissão foi o “excesso de democracia” durante o conturbado período, a década de 1960, quando partes da população normalmente passivas e apáticas adentraram a arena política para expor seus anseios e interesses: minorias, mulheres, jovens, velhos, classes trabalhadoras...

Em suma, a população, por vezes chamada de “os interesses especiais”. Esses grupos devem ser distintos daqueles que Adam Smith intitulou de “mestres da humanidade”, que eram “de longe os principais arquitetos” da política de governo e iam no encalço de sua “vil máxima”: “Tudo para nós e nada para os outros”.⁸ O papel dos mestres na arena política não é deplorado, tampouco discutido, no volume publicado pela Trilateral, presumivelmente porque os mestres representam “o interesse nacional”, como os que aplaudiam a si mesmos por conduzir o país à guerra depois que “a exaustiva deliberação dos mais ponderados membros da comunidade” havia chegado a seu “veredito moral”.

Para sobrepujar o excessivo fardo imposto ao Estado pelos interesses especiais, os trilateralistas reivindicaram mais “moderação na democracia”, um retorno à passividade por parte dos menos merecedores, talvez até mesmo aos felizes dias quando “Truman tinha condições de governar o país com a cooperação de um número relativamente pequeno de advogados e banqueiros de Wall Street”, e quando a democracia, por conseguinte, florescia.

Os trilateralistas poderiam muito bem ter alegado que estavam seguindo o intento original da Constituição, “intrinsecamente um documento aristocrático elaborado para reprimir as tendências democráticas do período”, entregando o poder a uma “melhor espécie” de pessoas e excluindo “os que não eram nem ricos nem bem-nascidos, nem próceres de exercer o poder político”, nas palavras do historiador político Gordon Wood.⁹ Em defesa de Madison, porém, devemos reconhecer que sua mentalidade era pré-capitalista. Ao determinar que o poder deveria estar nas mãos da “riqueza da nação”, “o conjunto dos homens mais capazes”, ele vislumbrou esses homens com base no modelo do “estadista esclarecido” e do “filósofo benevolente” do imaginado mundo romano. Seriam “puros e nobres”, “homens de inteligência, patriotismo, propriedade e circunstâncias independentes”, “cuja sabedoria pode discernir melhor o verdadeiro interesse de seu país e cujo patriotismo e amor à justiça diminuem a probabilidade de que o sacrifiquem a considerações temporárias ou parciais”. Assim dotados, esses homens “refinariam e ampliariam os pontos de vista públicos”, salvaguardando

o interesse público contra as “traquinagens” das maiorias democráticas.¹⁰ De forma em tudo semelhante, os intelectuais wilsonianos talvez pudessem se consolar e se animar com as descobertas das ciências comportamentais ou behavioristas, explicadas em 1939 pelo psicólogo e teórico da educação Edward Thorndike:¹¹

É a maior boa sorte da humanidade que haja uma substancial correlação entre inteligência e moralidade, incluindo a boa vontade para com o próximo [...] Consequentemente, os que são superiores a nós em habilidades são na média os nossos benfeitores, e é sempre mais seguro confiar nossos interesses a eles do que a nós mesmos.

Uma doutrina reconfortante, embora alguns talvez julguem que Adam Smith tinha a visão mais aguçada.

Invertendo os valores

A distinção entre as duas categorias de intelectuais fornece o arcabouço para a determinação da “responsabilidade dos intelectuais”. A expressão é ambígua: ela se refere à responsabilidade moral dos intelectuais como seres humanos decentes, numa posição para usar seu privilégio e status a fim de promover as causas de liberdade, justiça, misericórdia, paz e outras inquietações sentimentais? Ou se refere ao papel que se espera que eles desempenhem na condição de “intelectuais tecnocráticos e orientados pela política”, não depreciando, mas servindo à liderança e às instituições estabelecidas? Uma vez que o poder geralmente tende a triunfar e preponderar, os da última categoria são considerados os “intelectuais responsáveis”, enquanto os primeiros são descartados ou denegridos – em seu próprio território.

No que diz respeito aos inimigos, a distinção entre as duas categorias de intelectuais é mantida, mas com valores invertidos. Na antiga União Soviética, os intelectuais orientados por valores eram tidos pelos norte-americanos como honrosos dissidentes; em

contrapartida, nutria-se desprezo pelos *apparatchiks* e comissários, os intelectuais tecnocráticos e orientados pela política. De modo semelhante, no Irã nós reverenciamos os corajosos dissidentes e condenamos os que defendem o *establishment* religioso. E é assim em todos os lugares.

Dessa forma, o venerando termo “dissidente” é usado seletivamente. Não se aplica, é óbvio, com suas conotações favoráveis a intelectuais orientados por valores ou aos que combatem a tirania respaldada pelos EUA no exterior. Vejamos o interessante caso de Nelson Mandela, cujo nome só foi excluído da lista oficial de terroristas do Departamento de Estado em 2008, o que lhe permitiu viajar para os Estados Unidos sem autorização especial. Vinte anos antes, Mandela era o líder criminoso de um dos “mais notórios grupos terroristas” do mundo, de acordo com um relatório do Pentágono.¹² Foi por essa razão que o presidente Reagan teve de apoiar o regime do apartheid, aumentando o comércio com a África do Sul em violação de sanções do Congresso e apoiando os atos hostis dos sul-africanos em países vizinhos, que resultaram, segundo um estudo da ONU, em 1,5 milhão de mortes.¹³ Esse foi apenas um episódio da guerra ao terrorismo que Reagan declarou para combater “a praga da era moderna”, ou como definiu o secretário de Defesa George Scultz, “uma volta à barbárie na era moderna”.¹⁴ Poderíamos acrescentar as centenas de milhares de cadáveres na América Central e dezenas de milhares mais no Oriente Médio, entre outras façanhas. Não é de estranhar que o Grande Comunicador seja idolatrado pelos acadêmicos do Hoover Institution como um colosso cujo “espírito parece percorrer a passos largos o país de uma ponta à outra, vigiando-nos como um afetuoso e simpático amigo”.¹⁵

O caso da América Latina é revelador. Os que reivindicaram liberdade e justiça na América Latina não têm permissão para entrar no panteão de dissidentes respeitados. Uma semana depois da queda do Muro de Berlim, por exemplo, seis importantes intelectuais latino-americanos, todos eles padres jesuítas, foram assassinados sob ordens diretas do alto comando salvadorenho. Os executores – que atiraram à queima-roupa na nuca dos padres – faziam parte do

batalhão de elite armado e treinado por Washington e que já havia deixado um medonho rastro de sangue e terror.

Os padres assassinados não são homenageados como dissidentes honrados, bem como não o são muitos outros como eles no hemisfério Norte. São dissidentes reverenciados aqueles que lutaram por liberdade em domínios inimigos no Leste Europeu e na União Soviética – pensadores que certamente sofreram, mas nem remotamente como seus pares na América Latina. Essa afirmação não pode ser colocada em dúvida; como escreve John Coatsworth em *Cambridge history of the Cold War*, de 1960 “ao colapso soviético, o número de prisioneiros políticos, vítimas de tortura, e de execuções de dissidentes não violentos na América Latina foi vastamente superior aos números da União Soviética e de seus satélites do Leste Europeu”. Entre os executados estavam muitos mártires religiosos, e houve também massacres em massa, consistentemente apoiados ou iniciados por Washington.¹⁶

Por que, então, a distinção? Seria possível alegar que o que aconteceu no Leste Europeu é muito mais importante que o destino do Sul global em nossas mãos. Seria interessante ver esse argumento explicado com todas as letras e também ver o argumento que explica por que razão deveríamos ignorar princípios morais elementares ao pensar no envolvimento dos EUA em relações exteriores, entre eles o de que deveríamos concentrar nossos esforços nos lugares onde podemos fazer o maior bem – geralmente, onde dividimos a responsabilidade por aquilo que está sendo feito. Não temos dificuldade nenhuma para exigir que nossos inimigos sigam esses princípios.

Poucos de nós se importam, ou deveriam se importar, com o que Andrei Sakharov ou Shirin Ebadi dizem sobre os crimes dos EUA ou de Israel; nós os admiramos por aquilo que eles dizem acerca de seus próprios países, e essa conclusão se mantém de forma bem mais enfática para os que vivem em sociedades mais livres e democráticas e, portanto, têm muito mais oportunidades para agir efetivamente. É de algum interesse que, nos círculos mais respeitados, a prática seja quase o oposto do que ditam os valores morais elementares.

As guerras dos EUA na América Latina de 1960 a 1990, seus horrores à parte, têm um longo significado histórico. Para considerar

apenas um aspecto importante, elas foram em larga medida guerras contra a Igreja Católica, levadas a cabo para esmagar uma terrível heresia proclamada pelo Concílio Vaticano II. À época, o papa João XXIII “inaugurou uma nova era na história da Igreja Católica”, nas palavras do eminente teólogo Hans Küng, restaurando os ensinamentos dos Evangelhos que haviam sido abandonados no século IV, quando o imperador Constantino estabeleceu o cristianismo como a religião oficial do Império, por meio disso instituindo “uma revolução” que converteu “a Igreja perseguida” em uma “Igreja perseguidora”. A heresia do Concílio Vaticano II foi encampada pelos bispos latino-americanos, que adotaram a “opção preferencial pelos pobres”.¹⁷ Então, padres, freiras e leigos levaram a radical mensagem pacifista dos Evangelhos aos pobres, ajudando-os a organizar ou amenizar seu amargo destino nos domínios do poder estadunidense.

No mesmo ano, 1962, o presidente John F. Kennedy tomou diversas decisões cruciais. Uma delas foi alterar a missão dos militares da América Latina de “defesa hemisférica” (um resquício anacrônico da Segunda Guerra Mundial) para “segurança interna” – na verdade, guerra contra a população doméstica –, caso ela levantasse a cabeça.¹⁸ Charles Maechling Jr., diretor do Departamento de Estado para a Defesa Interna dos EUA e chefe do Grupo Especial de Contrainsurgência, o homem que liderou a contrainsurgência e o planejamento de defesa dos Estados Unidos de 1961 a 1966, descreve as previsíveis consequências da decisão de 1962 como uma mudança, da tolerância “à rapacidade e à crueldade das Forças Armadas latino-americanas” para a “cumplicidade direta” em seus crimes ao apoio dado pelos norte-americanos aos “métodos dos esquadrões de extermínio de Heinrich Himmler”.¹⁹ Uma iniciativa de grande envergadura foi um golpe militar no Brasil, respaldado por Washington e implementado pouco depois do assassinato de Kennedy, que instituiu um homicida e brutal Estado de Segurança Nacional. A seguir, a praga da repressão espalhou-se pelo hemisfério, incluindo o golpe de 1973 que instalou a ditadura de Pinochet no Chile e, mais tarde, a mais perversa de todas elas, a ditadura argentina – o regime latino-americano favorito de Ronald Reagan. A vez da América Central – e não pela primeira

vez – veio na década de 1980, sob a liderança do “afetuoso e simpático amigo” dos pesquisadores do Hoover Institution, e que agora é reverenciado por seus feitos.

O assassinato dos intelectuais jesuítas enquanto desabava o muro de Berlim foi um golpe derradeiro para derrotar a heresia da teologia da libertação, a culminação de uma década de horror em El Salvador que teve início com o homicídio, pelas mesmas mãos, do arcebispo dom Óscar Romero, “a voz dos sem voz”. Os vitoriosos na guerra contra a Igreja declararam com orgulho sua responsabilidade. A Escola das Américas (em 2001 renomeada como Instituto de Cooperação e Segurança do Hemisfério Ocidental, Western Hemisphere Institute for Security Cooperation – WHINSEC, na sigla em inglês), academia militar famosa por treinar assassinos latino-americanos, anunciou como um de seus “pontos de discussão” que a teologia da libertação iniciada no Concílio Vaticano II foi “derrotada com a assistência do Exército dos EUA”.²⁰

A bem da verdade, os assassinatos de novembro de 1989 foram *quase* um golpe final; era necessário um empenho maior ainda. Um ano depois, o Haiti realizou sua primeira eleição livre, e para surpresa e perplexidade de Washington – que havia previsto uma vitória fácil para seu próprio candidato, escolhido a dedo junto à elite privilegiada – o povo organizado nas favelas e colinas elegeu Jean-Bertrand Aristide, um padre progressista e popular, adepto da teologia da libertação. Mais uma vez os EUA agiram para sabotar o governo eleito: depois de um golpe militar que derrubou Aristide meses após assumir a presidência, os norte-americanos forneceram substancial apoio à cruelíssima junta militar e seus sequazes da elite que usurparam o poder. O comércio com o Haiti ganhou fôlego, numa violação de sanções internacionais, e aumentou mais ainda sob o presidente Clinton, que, contrariando suas próprias diretivas, autorizou a petrolífera Texaco a abastecer os governantes assassinos.²¹ Omitirei os vergonhosos desdobramentos e consequências, já amplamente analisados em outro momento, exceto para apontar que, em 2004, os dois tradicionais torturadores do Haiti, da França e dos Estados Unidos, com a participação do Canadá, entrevistaram mais

uma vez, sequestraram o presidente Aristide (que havia sido eleito novamente) e o despacharam para a África Central. Aristide e seu partido foram excluídos das farsescas eleições de 2010-2011, o mais recente episódio de uma horrenda história que remonta a centenas de anos e é praticamente desconhecida pelos próprios responsáveis pelos crimes, que preferem histórias sobre os dedicados esforços para salvar o sofrido povo de seu destino funesto.

Outra fatídica decisão de Kennedy em 1962 foi enviar à Colômbia uma missão das Forças Especiais comandada pelo general William Yarborough. Yarborough aconselhou as forças de segurança colombianas a empreender “atividades paramilitares, de sabotagem e/ou terroristas contra conhecidos partidários do comunismo”, atividades que “seriam patrocinadas pelos Estados Unidos”.²² O significado da expressão “partidários do comunismo” foi dito com todas as letras pelo respeitado presidente da Comissão Colombiana Permanente para os Direitos Humanos, o ex-ministro das Relações Exteriores Alfred Vázquez Carrizosa, que escreveu que a administração Kennedy “não mediu esforços para transformar nossos exércitos regulares em brigadas contrainsurgentes, aceitando a nova estratégia dos esquadrões da morte”, inaugurando

o que é conhecido na América Latina como a Doutrina de Segurança Nacional [...] [não] a defesa contra um inimigo externo, mas uma maneira de fazer do *establishment* militar os senhores do jogo [...] [com] o direito a combater o inimigo interno, conforme estipulado na doutrina brasileira, na doutrina argentina, na doutrina uruguaia e na doutrina colombiana: o direito de combater e exterminar trabalhadores sociais, sindicalistas, homens e mulheres que não dão apoio ao *establishment* e que supostamente são comunistas extremistas. E isso pode significar qualquer um, inclusive ativistas dos direitos humanos como eu mesmo.²³

Vázquez Carrizosa estava vivendo sob forte proteção de guardas em sua residência em Bogotá quando o visitei em 2002 como parte de uma missão da Anistia Internacional, que então começava

uma campanha de um ano de duração com o intuito de proteger os defensores dos direitos humanos na Colômbia em resposta ao atroz histórico do país de ataques contra os direitos humanos, aos ativistas trabalhistas e, acima de tudo, às vítimas mais habituais do terrorismo de Estado: os pobres e indefesos.²⁴ O terror e a tortura na Colômbia foram complementados pela guerra química (“fumigação”) nas regiões rurais, sob o pretexto de guerra contra as drogas, o que resultou em penúria e maciça fuga dos sobreviventes para favelas e cortiços urbanos. Hoje, o gabinete do procurador-geral da Colômbia estima que mais de 140 mil pessoas foram mortas por paramilitares, invariavelmente agindo em estreita colaboração com os militares financiados pelos EUA.²⁵

Sinais do massacre estão por toda parte. Em 2010, numa estrada de terra quase intransitável que levava a um remoto vilarejo no sul da Colômbia, meus companheiros e eu passamos por uma pequena clareira com muitas cruzes simples marcando as sepulturas das vítimas de um ataque paramilitar a um ônibus local. Os relatos sobre os assassinatos são bastante escabrosos; passar algum tempo com os sobreviventes, que estão entre as pessoas mais generosas e compassivas que já tive o privilégio de conhecer, torna o cenário mais vívido e ainda mais doloroso.

Esse é somente o mais breve esboço dos terríveis crimes pelos quais os norte-americanos têm uma substancial parcela de culpa, e de uma situação que nós poderíamos, no mínimo, ter facilmente ajudado a tornar mais suportável. Porém, é mais gratificante nos deleitarmos em elogios por conta de corajosos protestos contra os abusos dos inimigos oficiais: uma atividade admirável, mas não a prioridade de um intelectual orientado por valores que assume seriamente a responsabilidade dessa opinião.

As vítimas em nossos domínios de poder, ao contrário daquelas em Estados inimigos, não são meramente ignoradas e rapidamente esquecidas, mas são também insultadas de modo cínico. Uma ilustração impressionante desse fato se deu poucas semanas após o assassinato dos intelectuais latino-americanos em El Salvador, quando Václav Havel visitou Washington e discursou numa sessão conjunta

do Congresso. Diante de uma plateia fascinada, Havel louvou os “defensores da liberdade” em Washington, que “compreendiam a responsabilidade que emanava de” ser “a mais poderosa nação da Terra” – essencialmente, sua responsabilidade pela brutal execução, pouco antes, dos pares salvadorenos de Havel. A classe intelectual esquerdista ficou encantada pela apresentação de Havel, que nos lembrou de que “vivemos numa era romântica”, derramou-se Anthony Lewis de forma efusiva no jornal *The New York Times*.²⁶ Outros conceituados comentaristas de esquerda deleitaram-se com o “idealismo, a ironia e a humanidade” de Havel, que “pregou uma difícil doutrina de responsabilidade individual”, ao passo que o Congresso “obviamente doeu-se de respeito” pelo gênio e pela integridade de Havel²⁷ e perguntou por que faltam nos Estados Unidos intelectuais que “elevem a moralidade acima do interesse próprio”, à maneira de Havel. Não precisamos nos demorar em conjecturas sobre qual seria a reação houvesse o padre Ignacio Ellacuría, o mais notável dos intelectuais jesuítas assassinados, proferido tais palavras na Duma depois que tropas de elite armadas e treinadas pela União Soviética tivessem executado Havel e meia dúzia de companheiros – uma performance que, é óbvio, teria sido inconcebível.

Uma vez que mal somos capazes de enxergar o que se passa diante de nossos olhos, não surpreende que eventos a uma distância mínima sejam completamente invisíveis. Um exemplo instrutivo: o envio de 79 soldados de uma força de elite ao Paquistão em maio de 2011 para executar o que foi evidentemente o assassinato premeditado do principal suspeito das atrocidades terroristas de 11 de Setembro, Osama bin Laden.²⁸ Embora o alvo da operação, desarmado e sem nenhuma proteção, pudesse ter sido detido e capturado vivo com facilidade, ele foi sumariamente executado, e seu corpo atirado ao mar, sem autópsia – uma “ação justa e necessária”, lemos na imprensa de esquerda.²⁹ Não haveria julgamento, como ocorreu no caso dos criminosos de guerra nazistas – fato que não foi ignorado pelas autoridades legais no exterior, que aprovaram a operação, mas apresentaram objeções ao procedimento. Conforme nos lembra a professora de Harvard Elaine Scarry, a proibição do assassinato nas

normas elementares do direito internacional remonta a uma veemente denúncia contra a prática feita por Abraham Lincoln, que em 1863 condenou a mobilização para o assassinio como “banditismo internacional”, uma “abominável atrocidade” que as “nações civilizadas” veem com “horror” e que merece “a mais severa retaliação”.³⁰ Avançamos muito desde então.

Há muito mais coisas a dizer com relação à operação militar para matar Bin Laden, incluindo a disposição de Washington de enfrentar o sério risco de uma guerra de grandes proporções e até mesmo o vazamento de materiais nucleares para jihadistas, conforme já discuti em outros textos. Mas por ora atentemos para a nomenclatura: Operação Gerônimo. O nome causou furor no México e suscitou protestos de grupos de nativos nos Estados Unidos, mas de resto ninguém parece ter notado que Obama estava identificando Bin Laden com o chefe apache que encabeçou a corajosa resistência de seu povo contra os invasores de suas terras. A escolha fortuita do nome da incursão é um lembrete do desembarço com que batizamos com os nomes das vítimas dos nossos crimes as nossas armas nucleares: Apache, Blackhawk [Falcão negro], Cheyenne. Como reagiríamos se a Luftwaffe desse a seus caças de combate nomes como “Judeu” e “Cigano”?

A negação desses “pecados hediondos” é por vezes explícita. Para citar alguns casos recentes, apenas dois anos atrás, num dos mais importantes periódicos da esquerda liberal, *The New York Review of Books*, Russell Baker resumiu o que havia aprendido na obra do “heroico historiador” Edmund Morgan: quando Colombo e os primeiros exploradores chegaram, “encontraram uma vastidão continental esparsamente povoada por pessoas que viviam da coleta e da caça [...] No mundo ilimitado e intocado que se estendia da selva tropical ao norte congelado, talvez houvesse pouco mais de 1 milhão de habitantes”.³¹ O cálculo está equivocado e apresenta uma defasagem de muitas dezenas de milhões, e a “vastidão” incluía avançadas civilizações de uma ponta à outra do continente. Não houve reação alguma ao texto, embora quatro meses depois os editores tenham publicado uma correção, apontando que na América do Norte talvez tivessem chegado à época a 18 milhões de habitantes – ainda assim ficaram sem

menção outras dezenas de milhões mais que viviam “da selva tropical ao norte congelado”. Tudo isso já era fato amplamente conhecido décadas atrás – incluindo as avançadas civilizações e os crimes vindouros –, mas não foi suficientemente importante para merecer sequer uma frase de passagem no livro. Um ano depois, na revista *The London Review of Books*, o eminente historiador Mark Mazower mencionou “os maus-tratos aos nativos norte-americanos”, mais uma vez sem suscitar comentários.³² Aceitaríamos a palavra “maus-tratos” aplicada a crimes comparáveis cometidos por nossos inimigos?

O significado do 11 de Setembro

Se a responsabilidade dos intelectuais se refere à sua responsabilidade moral como seres humanos decentes numa posição para usar seu privilégio e status a fim de dar impulso às causas de liberdade, justiça, misericórdia e paz – e para falar abertamente não apenas acerca dos abusos dos nossos inimigos, mas, de maneira muito mais significativa, dos crimes em que nós mesmos estamos envolvidos e os quais poderíamos aplacar e extinguir se assim escolhêssemos –, como deveríamos pensar no 11 de Setembro?

A noção de que o 11 de Setembro “mudou o mundo” é amplamente aceita e difundida, o que é compreensível. Os eventos daquele dia tiveram consequências de grande envergadura, nacional e internacionalmente. Uma delas foi levar o presidente Bush a declarar novamente a guerra de Reagan contra o terrorismo – a primeira guerra ao terror havia efetivamente “desaparecido”, para tomar de empréstimo a expressão dos nossos assassinos e torturadores latino-americanos favoritos, provavelmente porque seus resultados não combinavam muito bem com a nossa autoimagem preferida. Outra consequência foi a invasão do Afeganistão, depois a invasão do Iraque e as intervenções militares mais recentes em diversos outros países na região, bem como ameaças regulares de ataques ao Irã (“todas as opções estão em aberto”, na frase-padrão). Os custos, em todas as dimensões, têm sido enormes. Isso sugere uma pergunta bastante óbvia, e que não é formulada aqui pela primeira vez: havia uma alternativa?

Inúmeros analistas observaram que Bin Laden obteve enormes êxitos em sua guerra contra os Estados Unidos. “Ele afirmou repetidamente que a única maneira de expulsar os EUA do mundo islâmico e derrotar seus sátrapas era arrastar os norte-americanos para uma série de pequenas mas dispendiosas guerras que, ao fim e ao cabo, os arruinaria e os levaria à bancarrota”, escreve o jornalista Eric Margolis. “Os Estados Unidos, primeiro sob George W. Bush e depois Barack Obama, precipitaram-se diretamente na armadilha de Bin Laden [...] Orçamentos e gastos militares grotescamente inchados e o vício compulsivo em dívidas [...] talvez sejam o mais pernicioso legado do homem que julgou ser capaz de derrotar os Estados Unidos.”³³ Um relatório do projeto *Custos de guerra do Instituto Watson para estudos internacionais e públicos da Universidade Brown* estima que a conta final será de 3,2 a 4 trilhões de dólares.³⁴ Um feito impressionante de Bin Laden.

Que Washington tinha toda a resoluta intenção de cair na armadilha de Bin Laden logo ficou evidente. Michael Scheuer, o analista sênior da CIA responsável por perseguir e rastrear os passos de Bin Laden de 1996 a 1999, escreveu que “Bin Laden, com precisão cirúrgica, mostrou aos Estados Unidos as razões pelas quais está desencadeando sua guerra contra nós”. O líder da al-Qaeda, continuou Scheuer, estava “determinado a alterar de forma drástica as políticas dos EUA e do Ocidente em relação ao mundo islâmico”.

E, conforme explica Scheuer, Bin Laden foi muito bem-sucedido. “As forças e as políticas dos EUA estão completando a radicalização do mundo islâmico, algo que Osama bin Laden vem tentando fazer com sucesso substancial, porém incompleto, desde o início dos anos 1990. O resultado, parece-me justo concluir, é que os Estados Unidos da América continuam a ser o único aliado indispensável de Bin Laden”.³⁵ E possivelmente continuam a sê-lo, mesmo após a morte do líder da Al-Qaeda.

Existem bons motivos para acreditar que o movimento jihadista pudesse ter sido dividido e minado após o 11 de Setembro, que recebeu severas críticas dentro do próprio movimento. Além disso, o “crime contra a humanidade”, como foi corretamente rotulado, poderia

ter sido tratado como um crime, com uma operação internacional para capturar os presumíveis suspeitos. Essa ideia foi aceita logo após o ataque, mas a sua execução nem sequer foi cogitada pelos tomadores de decisões em Washington. Parece que não se levou a sério a oferta provisória feita pelo Talibã – ainda que não tenhamos como avaliar o grau de seriedade dessa oferta – de apresentar os líderes da al-Qaeda para que fossem submetidos a um processo judicial.

À época, citei a conclusão de Robert Fisk de que o horrendo crime de 11 de Setembro foi cometido com “maldade e crueldade impressionantes” – um juízo exato. Os crimes poderiam ter sido ainda piores: suponhamos, por exemplo, que o voo 93, derrubado por corajosos passageiros na Pensilvânia, tivesse ido tão longe a ponto de atingir a Casa Branca, matando o presidente? Suponhamos que os criminosos planejassem e lograssem impor uma ditadura militar que matasse milhares e torturasse dezenas de milhares. Suponhamos que a nova ditadura estabelecesse, com o apoio dos criminosos, um centro de terror internacional que ajudasse a instalar em outros países regimes de tortura e terror similares e, a cereja do bolo, trouxesse uma equipe de economistas – vamos chamá-los de “os meninos de Kandahar” – que rapidamente conduzisse a economia a uma das piores depressões de sua história. Claramente, isso teria sido muito pior do que o 11 de Setembro.

Como todos deveríamos saber, nada disso é um experimento mental ou mera especulação. Aconteceu. Refiro-me, naturalmente, àquilo que na América Latina é muitas vezes chamado de “o primeiro 11 de Setembro”: o dia 11 de setembro de 1973, quando os Estados Unidos tiveram êxito em seus esforços para derrubar o governo democrático de Salvador Allende no Chile com um golpe militar que levou ao poder o terrível regime do general Augusto Pinochet. A seguir, a ditadura instalou seus meninos de Chicago – economistas formados na Universidade de Chicago – para remodelar a economia do país. Pense na destruição econômica, na tortura e nos sequestros, e multiplique por 25 os números de mortos para produzir equivalentes *per capita*, e você simplesmente verá como foi muito mais devastador o primeiro 11 de Setembro.

O objetivo do golpe, nas palavras da administração Nixon, era matar o “vírus” que poderia encorajar todos esses “estrangeiros [que] estão a fim de foder com a gente” – foder com a gente era tentar assumir o controle de seus próprios recursos e, em termos mais gerais, aplicar uma política de desenvolvimento independente, numa diretriz que causava repulsa em Washington. Em segundo plano, apoiando a decisão do golpe, estava a conclusão do Conselho de Segurança Nacional (National Security Council – NSC, na sigla em inglês) de Nixon de que, se os EUA não eram capazes de controlar a América Latina, não se podia esperar que conseguissem “realizar a sua ordem auspiciosa em qualquer outro lugar no mundo”. A “credibilidade” de Washington seria solapada, na definição de Henry Kissinger.

O primeiro 11 de Setembro, ao contrário do segundo, não mudou o mundo. Não foi “nada de grandes consequências”, conforme assegurou Kissinger ao seu chefe poucos dias depois. A julgar como esse evento figura na história convencional, é difícil apontar alguma imprecisão nas palavras de Kissinger, embora os sobreviventes talvez pensem de forma diferente.

Esses eventos de poucas consequências não se limitaram ao golpe militar que destruiu a democracia chilena e pôs em movimento a história de horror que se seguiu. Como já discutido, o primeiro 11 de Setembro foi apenas um ato de um drama que teve início em 1962, quando Kennedy alterou a missão das Forças Armadas da América Latina para “segurança interna”. Os sinistros resultados também são de pouca importância, o padrão familiar quando a história é guardada e protegida por intelectuais responsáveis.

Intelectuais e suas escolhas

Retornando às duas categorias de intelectuais, parece estar perto de um histórico universal que intelectuais conformistas, os que apoiam os objetivos oficiais e ignoram ou justificam crimes oficiais, sejam respeitados e privilegiados em suas próprias sociedades, ao passo que os intelectuais orientados por valores são punidos de uma forma ou de outra. O padrão remonta aos mais antigos registros existentes. Foi o

homem acusado de corromper os jovens de Atenas com sua filosofia quem bebeu cicuta, assim como os dreyfusianos foram acusados de “corromper almas e, no devido tempo, a sociedade como um todo”, e sobre os intelectuais orientados por valores da década de 1960 recaiu a pecha de interferência e “doutrinação dos jovens”.³⁶ Nas escrituras hebraicas há inúmeras figuras que nos padrões modernos são intelectuais dissidentes, chamados “*prophets*” (profetas) na tradução para a língua inglesa. Eles enfureceram violentamente o *establishment* com suas críticas análises geopolíticas, suas condenações dos crimes dos poderosos, suas reivindicações de justiça e sua preocupação com os pobres e sofridos. O rei Acabe, o mais malvado dos reis, acusou o profeta Elias de ser um execrador de Israel, o primeiro “judeu que se odeia” ou “antiamericano” nos congêneres modernos. Os profetas eram tratados com severidade, ao contrário dos bajuladores da corte, que mais tarde seriam condenados como falsos profetas. O padrão é compreensível. Seria surpreendente se fosse de outra forma.

Quanto à responsabilidade dos intelectuais, a meu ver não parece haver muito a dizer além de algumas verdades simples: os intelectuais são geralmente privilegiados; o privilégio enseja oportunidades, e a oportunidade confere responsabilidades. Um indivíduo tem, então, escolhas.